

O FEMINISMO NA TRAJETÓRIA DA MULHER NA POLÍTICA LATINO-AMERICANA NOS ANOS 2000

Victoria Koglin Soares Vargas
Ludmila Andrzejewski Culpi¹

RESUMO

O tema deste trabalho é o feminismo e as relações internacionais. Objetiva-se abordar as barreiras enfrentadas pelas mulheres diante da sua trajetória na política em meio à uma sociedade marcada pela discriminação de gênero. Desse modo, se compara a situação de duas líderes latino-americanas, no contexto político contemporâneo: Dilma Rousseff no Brasil e Cristina Kirchner na Argentina. O tema foi escolhido dado sua importância no que diz respeito à forma com que a imagem das líderes mulheres é exibida, por muitas vezes estando presentes discursos estereotipados e com objetificação da mulher. A pesquisa utilizou-se do método científico qualitativo, dissertando com auxílio de notícias, artigos e livros. Entre algumas das autoras e autores utilizados na fundamentação teórica estão Tricia Cruz e Ann Tickner, dentre outros. Ao longo do trabalho foi possível concluir que as líderes mulheres, em ambos os casos analisados, foram alvos de ataques sexistas e misóginos. Além disso, se constatou que alguns ataques vão além das questões de cunho político e social, já que foram feitos contra o sexo feminino, se utilizando de imagens e discursos de objetificação da mulher.

Palavras chave: Feminismo. Teoria das Relações Internacionais – Gênero – América Latina

1 INTRODUÇÃO

Para se realizar um estudo sobre o feminismo no âmbito das Relações Internacionais, é necessário levar em consideração que é uma disciplina marcada por gênero. Nas últimas décadas, as mulheres vivenciaram vários avanços e conquistas, porém, as diferenças ainda persistem. O feminismo tem papel relevante em função das transformações ocorridas através do empoderamento feminino na política, bem como suas conquistas e as barreiras que enfrentaram e por muitas vezes existem discursos propagadores de estereótipos e da objetificação da mulher.

A participação feminina no cenário político é inferior à participação masculina, tendo a luta contra o sexismo surgido com força no século XIX, paralelamente à Revolução Industrial. O feminismo busca um projeto de sociedade alternativa sem que

¹ Ludmila Andrzejewski Culpi, Doutora em Políticas Públicas / UFPR

haja diferença de gênero. Para tanto traz também a necessidade da criação de novas práticas. Neste contexto, o movimento é marcado pelo universalismo, ou seja, todos lutam pela igualdade universal de gênero (fonte).

Assim, empreende-se um estudo dos casos de liderança de Dilma Rousseff (2011-2016) no Brasil e Cristina Kirchner (2007- 2015) na Argentina, com vistas a analisar os movimentos feministas, bem como compreender a inserção da mulher na política latino-americana diante de uma sociedade patriarcal. Para realizar o desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se do método científico qualitativo, dissertando com auxílio de notícias, artigos e livros.

Para atingir seus objetivos, este trabalho está dividido em duas seções, as quais estão subdivididas em subseções. A primeira seção esta subdividida em 3 partes: movimentos feministas, teorias feministas e o feminismo e as Relações Internacionais. Dando continuidade, a segunda seção traz um estudo sobre os governos de Cristina Kirchner e Dilma Rousseff. Nesta seção, cada subseção terá como tema uma das presidentas em questão e um referenciando a discriminação ocorrida em suas trajetórias.

Este trabalho tem como base teórica a teoria feminista cujo objetivo é questionar o olhar hegemônico-dominante masculino. De forma geral, os estudos feministas são uma abordagem teórica ampla e diversificada, que levam a questão da identidade aos debates de Relações Internacionais.

2 A Origem dos Movimentos Feministas

As primeiras ideias feministas e a consciência sobre o gênero tiveram início durante as transformações políticas e econômicas da Europa setecentista (SARDENBERG & COSTA, 1991). O Feminismo tornou-se um movimento estruturado, a partir do fenômeno da modernidade, tendo sua evolução desde o século XVIII e tomando forma no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos.

A primeira onda do feminismo representa o surgimento do movimento feminista, nascendo por conta do movimento liberal de luta das mulheres por igualdade quanto aos direitos civis, políticos e educativos, antes reservados aos homens. Na França, Inglaterra, Estados Unidos e Espanha, foi estruturado o Movimento Sufragista que teve papel de suma importância para o surgimento do feminismo. Durante a Primeira

Onda, o objetivo principal era a luta contra a discriminação da mulher e a garantia de direitos, inclusive o direito ao voto. Esta fase denuncia a opressão que o patriarcado exerce sobre a mulher (NARVAZ; KOLLER, 2006).

A segunda onda do feminismo inscreve-se nos anos 60 e 70, principalmente na França e Estados Unidos. As feministas americanas denunciavam a opressão masculina e buscavam igualdade. As francesas, por outro lado, enfatizavam a necessidade de serem valorizadas as diferenças entre homens e mulheres, dando destaque à especificidade da experiência feminina. As propostas feministas por igualdade são conhecidas como “feminismo de igualdade”; já aquelas que enfatizavam as diferenças e a alteridade são conhecidas como “feminismo de diferença”. O feminismo desta época ficou conhecido como Feminismo Radical (NARVAZ; KOLLER, 2006).

A terceira onda do feminismo é caracterizada pela centralidade na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade. O desafio, durante esta fase do feminismo, é pensar, simultaneamente, sobre a igualdade e a diferença na constituição das concepções masculinas e femininas. (NARVAZ; KOLLER, 2006).

As três ondas do feminismo não podem ser compreendidas de forma linear, tanto em seus aspectos políticos quanto nos aspectos teórico-epistemológicos. As diferentes premissas que caracterizam cada uma das fases do feminismo sempre coexistiram e ainda hoje coexistem. Segundo Louro (1999), a terceira onda do feminismo tem grande relevância nos estudos de gênero contemporâneos. Suas questões revisaram algumas categorias de análise fundamentais para o estudo de gênero: conceito de gênero, conceito de patriarcado, política identitária das mulheres e as formas de produção dos conhecimentos científicos (LOURO, 1995). Na sequência serão apresentadas as teorias feministas e seus pressupostos.

3. TEORIAS FEMINISTAS

A teoria feminista, para Cudd e Andreasen (2005), busca dar sentido e depois criticar a subordinação da mulher em relação ao homem. Ao propor essa ideia de crítica social diante desta subordinação e suas consequências morais e políticas, a

teoria feminista possibilita uma visão alternativa quanto à sociedade e suas particularidades.

Como se abordou antes, as feministas são muito diferentes entre si. Isso se deve a questões culturais, sociais e raciais, por exemplo. Calás e Smircich (1999) classificam as teorias feministas em sete abordagens: liberal, radical, psicanalítica, marxista, socialista, pós-moderna e pós-colonialista.

Na sequência, dando continuidade ao trabalho, serão analisadas as principais teorias feministas.

2.1.2 TEORIA FEMINISTA LIBERAL

A abordagem liberal do feminismo surge com base nas políticas dos séculos XVIII e XIX, tendo como uma de suas principais vozes Elizabeth Cady Stanton. O feminismo liberal é também chamado de Primeira Onda do Feminismo, que tem surgimento na Europa e logo se expande para os Estados Unidos.

Um dos principais pressupostos desta teoria era mostrar que a mulher era tão “humana” quanto o homem, já que o liberalismo pregava a igualdade, que na verdade acontecia entre alguns homens. As primeiras feministas reivindicavam direitos como o aborto, o trabalho, a liberdade sexual, e, além disso, buscavam sua inserção na política (BRYSSON, 1992).

2.1.3 TEORIA FEMINISTA RADICAL

A Teoria Radical feminista surge na década de 1960, durante a Segunda Onda do Feminismo, carregando muitas reflexões e investigações acadêmicas acerca da origem das desigualdades sexuais, além de atuar firmemente nas lutas radicais contra as opressões que o sistema patriarcal gera para as mulheres (TONG, 1998). Seu principal expoente era Simone de Beauvoir, que buscou desconstruir o determinismo biológico que justificava a submissão feminina. Para Beauvoir (2014), ser mulher é uma construção social, não é, desta forma, uma decorrência biológica. Assim, “não se nasce mulher, torna-se mulher”.

Os principais temas analisados por essa corrente eram a família, a sexualidade, a violência sexual e os direitos sobre o corpo. Este modelo é radical por centrar-se

nas mulheres e exigir um reordenamento da sociedade, no qual a supremacia masculina deve ser eliminada em todos os contextos sociais e econômicos (CALÁS; SMIRCICH, 1999).

2.1.4 TEORIA FEMINISTA SOCIALISTA

Esta nova corrente, de acordo com Flax (1991, p. 231), “as feministas socialistas localizam a causa fundamental dos arranjos de gênero na organização da produção ou na divisão sexual do trabalho”.

Althusser e de Habermas foram duas grandes influências para o pensamento feminista socialista. Jaggar (2004) questiona a premissa marxista de que antes de ser oprimida pelo homem, a mulher é oprimida pelo capital. Essa abordagem propõe que a natureza humana é fruto das inter-relações dialéticas entre a biologia humana, a sociedade e o trabalho. Assim, o gênero advém de relações/interseções envolvendo sexo, raça e experiências de opressão sob o patriarcado e o capitalismo (CALÁS e SMIRCICH, 1999; TONG, 1998).

2.1.5 TEORIA PÓS-ESTRUTURALISTA/PÓS-MODERNA E O FEMINISMO

O pós-modernismo vem para demonstrar a instabilidade da linguagem como forma de representação e muitas feministas veem esta abordagem como uma representação do relativismo da pós-modernidade (Nicholson, 1990).

Para Tong (1998) e CALÁS e SMIRCICH (1999), a dificuldade da abordagem feminista pós-moderna está no relacionamento da imagem, com a figura da “mulher” como o “outro” para o sistema de linguagem dominante nos conceitos da modernidade. Esta abordagem possibilita interseções mais complexas de gênero e outras categorias sociais, que desconstruem posições analíticas tradicionais e, ao mesmo tempo, reconhecem relações assimétricas de poder entre aqueles que buscam ser “o mesmo” (Nicholson 1990).

2.1.6 TEORIA MULTICULTURAL / PÓS- COLONIALISTA

A Teoria Multicultural, por meio de sua abordagem, conseguiu compreender os conceitos pós-modernos e pós-estruturalistas, assim como suas consequências. As análises multiculturais, ou pós-colonialistas fazem mais do que desconstruir os textos ocidentais, pois mostram que o conhecimento centralizado no ocidente é uma forma de autopromoção, implicando a constituição da legitimação do imperialismo e do colonialismo. Tais análises focam, muitas vezes, nas complexas subjetividades produzidas pelas intersecções de gênero, raça e classe social, por exemplo, no contexto de relacionamentos entre o Primeiro e o Terceiro Mundos. Além disso, dialogam sobre posições e relações de sujeitos heterogêneos, indo ao contrário das imagens de gênero e raça produzidas e padronizadas pela sociedade ocidental (CALÁS; SMIRCICH 1999).

2.2 O FEMINISMO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Os estudos feministas são uma abordagem teórica muito diversa e ampla, que carregam o mérito de levar a questão da identidade aos debates no âmbito das Relações Internacionais. Antes da contribuição do feminismo, a disciplina de Relações Internacionais não possuía instrumentos para abordar esse tipo de discussão (NOGUEIRA & MESSARI, 2005).

Os estudos feministas foram, dentre todas as ciências humanas, os mais tardios a serem inseridos nas Relações Internacionais. Entretanto, conforme o estupro passou a ser utilizado como arma de limpeza étnica em algumas guerras de caráter étnico durante a década de 1990, a categoria não pôde mais ser considerada irrelevante dentro dos estudos de Relações Internacionais. Neste contexto, as mulheres se tornaram alvo de limpeza étnica, não por fazerem parte de um determinado grupo étnico, mas sim por serem mulheres (NOGUEIRA & MESSARI, 2005).

Antes de chegar ao estudo das Relações Internacionais, o movimento feminista passou por duas etapas, ambas internas ao Estado. A primeira geração de feministas lutou pelo sufrágio universal, ou seja, pelo direito ao voto universal e também pela inclusão das mulheres na arena política. Já a segunda geração de feministas teve início na década de 1970, com a agenda visando à inclusão social e à cidadania. A terceira geração, no entanto, passa a introduzir o feminismo nos estudos de Relações

Internacionais e também é menos centralizada no ocidente e mais inclusiva na sua agenda. Este fato pode ser observado nas conferências das Nações Unidas na década de 1990 em Pequim e no Cairo. Durante estas oportunidades, as feministas do mundo não ocidental desempenharam papéis importantes no desenho institucional e nas resoluções adotadas (NOGUEIRA; MESSARI, 2005).

Para que se possa estudar o feminismo na disciplina de Relações Internacionais, deve-se, primeiramente, compreender as diferenças internas entre as próprias feministas sendo elas Liberais, Marxistas, Socialistas, pós-modernas ou críticas. Para Ann Tickner, no seu artigo publicado na revista *International Studies Association*, em 1997, as teorias tradicionais não têm instrumentos analíticos nem teóricos para lidar com a questão do gênero da forma como é posta pelas feministas. Dentre tamanha diversidade de feministas, há uma preocupação comum no que tange à construção do gênero, afinal, todas as correntes feministas contestam as teorias de Relações Internacionais quando afirmam que são neutras em relação ao gênero.

Feito um panorama geral sobre as definições das teorias feministas que serão utilizadas no artigo e como o conceito é colocado como tema nas Relações Internacionais, o próximo tópico tratará sobre mulheres latino americanas no poder.

3. MULHERES LATINO-AMERICANAS NO PODER

Nesta seção, serão estudados dois governos liderados por mulheres na América Latina, sendo eles: Cristina Kirchner (2007-2015), da Argentina; e Dilma Rousseff (2011-2016), do Brasil. Esses governos foram escolhidos devido a sua importância regional e à repercussão no cenário internacional. Além disso, é válido ressaltar que Cristina e Dilma foram as primeiras mulheres eleitas presidentes por voto em seus respectivos países.

3.1 CRISTINA KIRCHNER

No ano de 2007, a política e advogada, Cristina Elisabet de Kirchner foi eleita presidente da Argentina, concorrendo pela Aliança Frente para a Vitória. A mesma, cursou Direito na *Universidad Nacional de La Plata*, onde deu início à sua militância na *Frente de Agrupaciones Eva Perón* (FAEP). Tornou-se a primeira mulher da história

argentina a ser eleita para a presidência do país. Assumiu um governo com problemas de inflação e com uma crise institucional no Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC), também seguiu com uma política econômica de centralização do poder, com o chamado hiperpresidencialismo e uma política externa de perspectiva liberal, semelhante ao governo anterior de seu marido, Néstor Kirchner (OLIVEIRA, 2015).

Na política internacional, a chefe de Estado participou nas negociações do Grupo dos 20 (G-20), que reúne países industrializados e emergentes. Entre as medidas propostas por Cristina Fernández se destacou a inserção no G-20 a Organización Internacional del Trabajo (OIT), a mesma que se concretizou em Pittsburgh em setembro de 2009. Por meio da sua política externa, procurou uma aproximação com o eixo latino-americano, mas ainda mais com a região sul-americana.

Em seu governo, houve alguns impactos negativos originados por escândalos de corrupção, diante desses fatores, a popularidade de Cristina sofreu uma grande queda. Apesar das dificuldades encontradas, se reelegeu se tornando então, a primeira mulher a se reeleger na América Latina.

Cristina Kirchner, em dezembro de 2013, foi alvo da revista argentina *Noticias de La Semana*. A revista trazia como capa uma foto de Cristina com a chamada: “*Tensión en el Gobierno: Escenas increíbles del miedo a Cristina*”. A revista buscava, entre afirmações machistas e misóginas, criar uma imagem de Cristina como uma mulher desequilibrada no poder, com frases como: “*Les grita a todos, incluidos los más leales*”². A intenção é passar a ideia de que mulheres não sabem manter a calma quando estão sob pressão. Trata-se da busca por colocar a mulher em uma posição de incapacidade de lidar com assuntos políticos. Pode-se inferir que a situação de Cristina Kirchner, se adapta à Teoria Feminista Liberal que lutava pela inserção da mulher na política.

A presidenta ao longo da sua trajetória, sofreu ataques de todos os tipos, geralmente – exceto em alguns de ofensa brutal – disfarçada de crítica política e ideológica. Aquela nomeia o patriarcado como um sistema de opressão, onde seu gênero é utilizado como instrumento de diversas ofensas discriminatórias (CRISTINA, 2017).

O segundo governo de Cristina Kirchner terminou com seu partido, PJ, fragmentado, com três candidatos peronistas à presidência, escândalos de corrupção e níveis altos de criminalidade. Entretanto, Cristina terminou seu mandato com 39,2% de aprovação.

3.2 DILMA ROUSSEFF

Em outubro de 2010, a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) Dilma Rousseff, foi eleita presidente do Brasil, primeira mulher a assumir esse cargo na história do país. Nasceu em Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, em 14 de dezembro de 1947 e os 16 anos, inicia sua vida política, fazendo parte de organizações de combate ao regime militar.

Ao longo da sua carreira política, assumiu cargos como Secretária da Fazenda (1986), presidente da Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul nos anos 90, ministra de Minas e Energia (2003), comanda a reformulação no setor a partir da criação do chamado marco regulatório (leis, regulamentos e normas técnicas) para ações em Minas e Energia. Em meados de 2005, ocupou a Chefia da Casa Civil.

Em 2010, ao ocupar o cargo de Presidente da República Federativa do Brasil, a população feminina, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE do mesmo ano, representava cerca de 50,5% da população brasileira. Em 2014, ano da segunda disputa eleitora de Dilma, o IBGE projetou a população feminina em 50,6% dos brasileiros. Apesar de dados comprovarem que as mulheres representam maior parte da população brasileira, logo, a maioria do eleitorado, é de extrema importância a participação das mesmas. Porém, mesmo sendo a maioria eleitoral/populacional, a representatividade quando se trata da ocupação de cargos eletivos na política, ainda é baixa.

No âmbito internacional, a primeira presidente do Brasil antes mesmo de assumir o cargo fez uma declaração para o jornal The Washington Post sobre o caso de apedrejamento de uma mulher no Irã, ressaltando, em sua fala, sua identificação e seu desconforto como mulher (MILANI, 2012). A partir de então, o tema gênero passou a ser uma questão recorrente nos pronunciamentos da chefe de governo brasileiro nas sessões da Organização das Nações Unidas e um ineditismo, considerando que esse ponto foi ignorado até então pelos antecessores. Souza e

Santos (2014), ao analisar a política externa do governo Dilma nos discursos proferidos na ONU, entre os anos de 2011 e 2013, constataram nos dois primeiros a ênfase dada sobre o momento histórico de uma mulher inaugurar o debate na Assembleia Geral, tendo em vista que essa tradição é brasileira e até então apenas homens chegaram ao cargo máximo na política do país.

Mesmo enfrentando diversas resistências durante seus mandatos, sofreu fortes ataques não só políticos, mas também misóginos dos partidos e parlamentares da oposição, bem como da mídia. Em julho de 2015, a ONU Mulheres publicou uma nota de repúdio quanto aos ataques sexistas à então presidenta Dilma Rousseff. A nota dizia:

É ultrajante e extremamente agressiva a apologia de violência sexual contra a presidenta da República, Dilma Rousseff, retratada em adesivos para automóveis, como expressão de misoginia e interpelação dos direitos humanos de mulheres e meninas. Tal episódio se configura como violência política sem precedentes. Nenhuma discordância política ou protesto pode abrir margem e/ou justificar a banalização da violência contra as mulheres – prática patriarcal e sexista que lhes invalida a dignidade humana (GASMAN, 2015, online).

Em 2016, o mesmo órgão volta a criticar ataques sexistas contra Rousseff. Em nota, a representante da ONU Mulheres Brasil, Nadine Gasman, disse que “nenhuma discordância política ou protesto pode abrir margem e/ou justificar a banalização da violência de gênero – prática patriarcal e misógina que invalida a dignidade humana” (GASMAN, 2016). Neste sentido, torna-se importante ressaltar elementos da Teoria Feminista Pós-Moderna, como o relacionamento da imagem com a “figura mulher” e a instabilidade da linguagem como forma de representação.

No mesmo ano, a oposição e apoiadores, ou simplesmente pessoas contra o governo de Dilma e do PT, vão às ruas pedindo o impeachment da presidente. No dia 12 de maio de 2016, então, o processo de impeachment foi aprovado, com 55 votos a favor e 22 contra. Por conseguinte, a presidenta é afastada por 180 dias e o vice Michel Temer (PMDB) assume como presidente (GLOBO, 2016).

3.3 A QUESTÃO DE GÊNERO NOS CASOS ABORDADOS

Sabe-se, que Cristina e Dilma apresentam trajetórias políticas muito distintas até serem conduzidas à Presidência da República em seus países. Enquanto Dilma

exerceu inúmeros cargos durante sua carreira, Kirchner deu sequência ao trabalho de seu antecessor e marido, Nestor Kirchner.

No entanto, ao longo de suas carreiras política sofreram com ataques que discriminatório por questão de gênero. Dito isso, partidos e parlamentares da oposição, bem como a mídia, realizaram não só ataques políticos, como misóginos.

Noss casos de Cristina e Dilma, o discurso é o mesmo. A intenção é passar a ideia de que mulheres não sabem manter a calma quando estão sob pressão. Trata-se da busca por colocar a mulher em uma posição de incapacidade de lidar com assuntos políticos.

Em ambos os episódios, o foco da discussão teria sido o reforço do estereótipo de figuras femininas como emocionalmente instáveis. De imediato, uma palavra veio à tona para classificar o enfoque dado: *gaslighting* que consiste na manipulação psicológica que leva a mulher e as pessoas à sua volta pensarem que ela perdeu a sanidade ou é incapaz (LUANDA, 2016).

No entanto, a evolução das mulheres em líderes políticas plausíveis é uma consequência da luta das mulheres pela sua emancipação. A participação da mulher na política, seja ela como eleitoras, seja como candidatas a cargos públicos, mesmo a passos lentos é uma realidade em ascensão.

É de suma importância o desenvolvimento e ampliação da representatividade feminina na política, pois esta é pilar de qualquer democracia. Como consequência deste desenvolvimento teremos o fortalecimento da luta pelos direitos das mulheres, com diminuição da discriminação e violência de gênero.

4. Considerações Finais

Este trabalho procurou analisar como ocorreu a inserção da mulher na política latino-americana e como isso foi repercutido diante da sociedade. Como foco do estudo, foram abordadas as principais teorias feministas e analisados os casos de liderança de Dilma Rousseff (2011-2016), no Brasil, e Cristina Kirchner (2007-2015), na Argentina.

Foi possível perceber que cada uma das ondas representa a forma como a sociedade se portava em relação à subordinação da mulher. Enquanto disciplina, os

estudos feministas tiveram muita dificuldade para serem inseridos no campo das Relações Internacionais.

As duas líderes foram alvo de diversas críticas que iam além do seu desempenho, pois buscavam ofendê-las enquanto mulheres. Dito isso, é visível que ambos casos carregam elementos das Teorias Feminista, como a luta pela inserção na política de Cristina Kirchner e sem dúvida, o caso que mais chamou a atenção ao longo do trabalho foi o da violência de gênero sentida por Dilma Rousseff, principalmente durante o ano de 2016. Os ataques buscavam colocar Dilma em estado de descontrole emocional, sendo incapaz de liderar um país.

A sociedade, portanto, tem olhado para os governos femininos dando mais ênfase no que tange ao gênero que ao seu próprio desempenho. Para um próximo estudo, como agenda de pesquisa, deve-se buscar a análise dos governos femininos quanto ao seu perfil, ou seja, averiguar como essas lideranças se distinguem das lideranças masculinas e como cada corrente feminista explica sua atuação.

A sub-representatividade política das mulheres pode ser considerada causa e consequência da discriminação de gênero que vimos nos casos estudados. Poucas mulheres na política causam insegurança quando uma alcança o poder. Assim como pode ser vista como consequência da insegurança pela ignorância a falta de crença social do espaço da mulher na política.

A América Latina precisará seguir uma nova reestruturação política para mulheres continuem a alcançar cargos de representatividade e, quando alcançarem, não sofram ataques misóginos como os experimentados por Dilma Rouseff e Cristina Kirchner. As cotas eleitorais seriam uma medida de grande impacto na direção dessa reforma necessária.

Por fim, as Relações Internacionais precisam estar atentas aos novos movimentos sociais, buscando dar mais importância aos estudos feministas. Desse modo, a multiplicação dos estudos de gênero auxiliará na busca por uma sociedade mais igualitária, utilizando-os como ferramenta para informar, conscientizar e transformar a sociedade sobre a discriminação contra a mulher.

REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **Adesivos misóginos são a nova moda contra Dilma.** 2015. Disponível em:

<<http://www.revistaforum.com.br/questaoodegenero/2015/07/01/adesivos-misoginos-sao-nova-moda-contra-dilma/>>. Acesso em: 24 nov. 2018.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo** (Vol. 2). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, v. 9, 1980.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: uma introdução**. Boitempo, 2014

OLIVEIRA, Ana Carolina Vieira de. **A política dos Kirchners em 10 anos**. Observador on-line, v. 10, n. 7, 2015. Disponível em:

<http://www.opsa.com.br/images/pdf/observador/observador_v_10_n_07_2015.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

DONOSO, Alina; VALDÉS, Teresa. **Participación política de las mujeres en América Latina Informe Regional**. 2007. Disponível em:

<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/480_Cached.pdf>. Acesso em: 28 out. 2018.

GASMAN, Nadine. **Nota Pública: ONU Mulheres Brasil repudia ataques sexistas à Presidenta da República, Dilma Rousseff, e conclama tolerância zero ao machismo**. 2015. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/nota-publica-onu-mulheres-brasil-repudia-ataques-sexistas-a-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-e-conclama-tolerancia-zero-ao-machismo/>>. Acesso em: 27 nov 2018.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MIRANDA, Cynthia Mara **“Os Movimentos feministas e a construção de espaços institucionais para a garantia dos direitos das mulheres no Brasil.”**

CERVO, AMADO LUIZ; LESSA, ANTÔNIO CARLOS. **O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)**. Revista Brasileira de Política Internacional, v. 57, n. 2, 2014.

DE LIMA, Juliana Macedo (2015). **Dilma Rousseff e o movimento feminista: como as pautas femininas foram marcadas nos discursos na campanha eleitoral presidencial de 2010?** Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/legadolaclau/files/2015/07/Artigo-GT3-LIMA-Juliana-Macedode.pdf>. Acesso em: 12/12/2018.

DE LIMA, Luanda (2016). **Mulheres podem ser diminuídas por machismo oculto; o que é gaslighting.** Disponível em:

<http://www.ebc.com.br/cidadania/2016/04/saiba-o-que-e-gaslighting-e-conheca-outras-formas-de-mascarar-o-machismo>. Acesso em: 14/12/2018.